



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO DE SÃO FRANCISCO**

## **TR – TERMO DE REFERÊNCIA**

**Construção do Campo de Futebol no Município de Amparo de São Francisco**

**RUA DEPUTADO MARTINHO GUIMARÃES, Nº 12, CENTRO, AMPARO DE SÃO FRANCISCO/SE, 49920-000**

**TEL: ( 79) 3361-1062- CNPJ: 13.110.564/0001-29**





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO DE SÃO FRANCISCO**

**1. OBJETIVO**

Contratação de empresa de engenharia para execução de obras e serviços de CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL DO MUNICÍPIO DE AMPARO DE SÃO FRANCISCO/SE, descritos neste Termo de Referência e no Projeto Básico, pelo tipo de licitação menor preço, segundo o regime de execução de empreitada por preço global.

**2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

A construção do campo de futebol compreenderá a execução completa de toda a infraestrutura necessária para garantir condições adequadas, seguras e funcionais para a prática esportiva e atividades comunitárias.

Os serviços incluem, mas não se limitam a:

- Implantação e organização do canteiro de obras;
- Limpeza do terreno, regularização, cortes e aterros;
- Execução das camadas de base e sub-base;
- Implantação de gramado natural;
- Execução de alambrado perimetral;
- Instalação de traves e equipamentos esportivos;
- Execução de instalações elétricas e sistema de iluminação;
- Serviços complementares, acabamentos e limpeza final da obra.

Todos os serviços deverão obedecer rigorosamente às **normas técnicas da ABNT**, legislação vigente, boas práticas de engenharia e aos projetos aprovados.

**3. JUSTIFICATIVA**

O Município de Amparo de São Francisco/SE carece de infraestrutura pública adequada para a prática esportiva, lazer e integração social da população.

A inexistência de um campo de futebol estruturado compromete o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao esporte, à saúde preventiva, à inclusão social e à formação cidadã, especialmente de crianças, adolescentes e jovens.

A construção do campo de futebol constitui medida estratégica para promover qualidade de vida, fortalecer o convívio comunitário, apoiar projetos esportivos e educacionais e valorizar os espaços públicos municipais.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO DE SÃO FRANCISCO**

#### **4. LEGISLAÇÃO**

A contratação obedecerá à legislação aplicável, em especial:

- Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Normas da ABNT aplicáveis;
- Lei nº 5.194/1966 – Exercício da Engenharia;
- Lei nº 12.378/2010 – Arquitetura e Urbanismo;
- Lei nº 6.496/1977 – ART;
- Resolução CONAMA nº 307/2002 – Resíduos da Construção Civil;
- Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

#### **5. ESTIMATIVA DE CUSTO**

5.1 O orçamento estimado para execução dos serviços, com **BDI incluso**, conforme Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro, é de:

**R\$ 865.651,49 (oitocentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e um reais e quarenta e nove centavos).**

5.2 Os preços unitários deverão contemplar todos os materiais, mão de obra, equipamentos, encargos sociais, tributos, mobilização, desmobilização, transporte, seguros, lucro e demais despesas indiretas.

5.3 As propostas deverão ter como parâmetro o valor acima indicado, sendo vedado ultrapassá-lo.

#### **6. GARANTIA DE PROPOSTA**

A licitante vencedora deverá fornecer garantia de proposta no percentual de 1% do valor estimado para a contratação, na forma prevista no art. 58, § 1º, a Lei nº 14.133/2021.

#### **7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

Os critérios de avaliação das propostas serão definidos conforme disposto no edital de licitação, considerando-se aspectos técnicos, financeiros e de qualificação das empresas participantes.

#### **8. SUBCONTRATAÇÃO**

Não será aceita subcontratação para a execução dos serviços.

**RUA DEPUTADO MARTINHO GUIMARÃES, Nº 12, CENTRO, AMPARO DE SÃO FRANCISCO/SE, 49920-000**

**TEL: ( 79) 3361-1062- CNPJ: 13.110.564/0001-29**





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO DE SÃO FRANCISCO**

**9. CONSÓRCIO**

Não será aceito consórcio para a execução dos serviços.

**10. VISITA**

A LICITANTE deverá estar plenamente informada de tudo que se relacione com a natureza e localização dos serviços, suas condições gerais, locais e tudo que possa influir nos seus custos e o Município de AMPARO DE SÃO FRANCISCO - SE se desobriga de fornecer água, energia elétrica ou quaisquer outros serviços à CONTRATADA. A LICITANTE deverá apresentar documento afirmando que conhece as condições para a execução dos serviços.

**11. PRAZO DE EXECUÇÃO**

O prazo para execução objeto destes será de 6 (seis) meses, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço.

**12. PRAZO DE GARANTIA DA OBRA**

De acordo com o artigo 618 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002):

“O construtor de edifício ou outras construções consideráveis responde, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais como do solo.”

Esse artigo estabelece que a garantia legal mínima para a solidez e segurança estrutural da edificação é de 5 anos, a contar da entrega da obra. Esse prazo se aplica a vícios ocultos relacionados à estabilidade e durabilidade da construção (ex: fundações, estrutura, lajes, etc.).

Além disso, o prazo para reclamar por vícios ocultos é de até 180 dias após a descoberta do defeito (conforme o artigo 27 do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990), desde que o problema tenha surgido dentro do período de garantia.

Nas obras públicas, conforme a Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações):

Art. 115, §1º – “O edital poderá exigir garantia contratual contra vícios de execução, com prazo de até 5 anos, especialmente para obras de grande vulto, podendo ser prorrogado se previsto no contrato.”

Ou seja, o contrato pode estabelecer prazos e tipos de garantia além do mínimo legal, especialmente para garantir a qualidade da execução.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO DE SÃO FRANCISCO**

**13. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS**

Os documentos necessários para participação na licitação incluem, mas não se limitam a:

13.1. Registro e quitação da empresa licitante e do responsável técnico no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), em plena validade.

13.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do contratado, relativo à execução de serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto presente, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, a saber:

13.2.1. **Grama Esmeralda em placas – Comprovação mínima de 2.519,42 m<sup>2</sup>;**

13.2.2. **Alambrado em tubos de aço – Comprovação mínima de 416,66 m<sup>2</sup>;**

13.2.3. **Aterro com areia – Comprovação mínima de 347,84 m<sup>3</sup>;**

13.3. Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:

13.3.1. Descrição das características técnicas das obras ou serviços e atestar a execução parcial ou total do objeto do contrato;

13.3.2. Assinatura do representante legal do contratante;

13.3.3. Data de emissão;

13.3.4. Menção ao documento de responsabilidade técnica expedido em razão das obras ou serviços executados (ART/TRT);

13.3.5. Informações quanto a autoria do documento, como nome completo e endereço.

13.4. Comprovação da capacitação técnico profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, com registro de atestado, expedida pelo CREA ou CRT da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

13.4.1. Grama esmeralda em placas

13.4.2. Alambrado em tubos de aço

13.4.3. Aterro com areia

13.5. Além dos profissionais acima mencionados, a empresa deverá apresentar declaração indicando o nome, CPF e nº do registro na entidade profissional competente do Responsável Técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto desta Concorrência Pública.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO DE SÃO FRANCISCO**

Obs1. O nome do responsável técnico indicado deverá constar dos atestados de responsabilidade técnica apresentados para qualificação técnica da licitante.

Obs2. A comprovação de vínculo entre o profissional e empresa se dará por meio dos seguintes documentos:

- I. Cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como empregador, ou
- II. Contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, ou
- III. Contrato de trabalho ou de prestação de serviços, ou
- IV. Certidão expedida pelo CREA/CRT em que conste o profissional como pertencente ao quadro permanente da empresa, ou
- V. Contrato de Prestação de Serviços sem vínculo empregatício.

Obs: EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE E ORIENTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM SERGIPE, AS EMPRESAS PARTICIPANTES DEVERÃO APRESENTAR OBRIGATORIAMENTE NOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, OS ITENS ABAIXO:

- a) **LICENÇA AMBIENTAL** da jazida de origem (Areia, Brita)
- b) **AUTORIZAÇÃO DO REGISTRO DE LICENÇA** ou licenciamento de competência da Agência Nacional de Mineração – ANM (Brita).
- c) **CARTA DE FORNECIMENTO (ou TERMO DE COMPROMISSO)** emitida pela empresa fornecedora dos minérios acima citados, fazendo menção à Licitante. A carta deve estar atualizada, assinada, com validade para o período da licitação e mencionar o material a ser fornecido.

#### **14. PROPOSTA DE PREÇOS**

Deverão ser apresentados na documentação da licitação os itens abaixo relacionados:

- 13.1. Planilhas organizadas conforme orçamento de referência (ver edital) – Planilha Geral, Cronograma Físico-Financeiro e BDI.

#### **15. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

Será vencedora a licitante que apresentar o menor preço global e, no caso de empate entre duas ou mais propostas de menor preço, será realizado sorteio público para definir a vencedora.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO DE SÃO FRANCISCO**

Para efeito de contratação, será obedecido rigorosamente a ordem de classificação geral, priorizando a proposta de menor preço, e está condicionada à disponibilidade de recursos financeiros.

A proponente deverá considerar no preço proposto, todos os materiais e serviços necessários, bem como, impostos em geral, leis sociais, transporte, alimentação, seguro, lucros, despesas indiretas, etc.

**16. CANTEIRO DE OBRAS**

As edificações, móveis, equipamentos e materiais remanescentes do canteiro de obras, após o término das obras, são de propriedade do Empreiteiro, devendo ser retirados e os locais limpos de quaisquer vestígios de sua utilização.

**17. INSTALAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO**

A instalação, mobilização e desmobilização referem-se às atividades de estruturação física e de equipar os ambientes de trabalho, cujo custo, será diluído no preço global da obra.

**18. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da Dotação Orçamentária, constante do orçamento do exercício financeiro de 2024.

**19. FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização dos serviços será realizada por profissional designado pela Administração contratante, através de servidor formalmente designado na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, a quem compete verificar se a Contratada está executando os serviços, conforme o especificado, observando o contrato e os documentos que o integram.

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO DE SÃO FRANCISCO**

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

A PROPONENTE identificará profissional legalmente habilitado para execução dos serviços Responsável Técnico, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), que deverá ser o interlocutor da mesma e a FISCALIZAÇÃO.

O Município de AMPARO DE SÃO FRANCISCO - SE poderá ordenar à contratada a suspensão de qualquer trabalho que possa ser danificado ou prejudicado pelas condições temporárias ou de acordo com a sua conveniência. A CONTRATADA não terá o direito a reclamação judicial ou extrajudicial devido a este motivo.

**20. CONDIÇÕES DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

As faturas deverão vir acompanhadas da documentação justificadora relativa a cada serviço faturado, devidamente atestada pela Fiscalização.

As mesmas só serão liberadas para pagamento após aprovadas pela área gestora, estar isentas de erros ou omissões; sem o que, serão, de forma imediata, devolvidas à CONTRATADA para correções.

Os documentos de cobranças indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da(s) Nota(s) de Empenho emitida(s) pelo Município de AMPARO DE SÃO FRANCISCO - SE, e que cubram a execução das obras/serviços.

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produzir os resultados acordados;
- b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO DE SÃO FRANCISCO**

**21. RELATÓRIOS**

Além do diário de obras, a PROPONENTE deverá apresentar relatórios mensais do andamento dos serviços e o respectivo relatório fotográfico conjuntamente quando da apresentação das faturas mensais dos serviços executados.

**22. QUADROS COMPLEMENTARES**

Não é necessária apresentação de quadros complementares, por se tratar de obras simples e de pequena complexidade, sem dificuldades técnicas que justifiquem.

**23. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelo fiscal técnico, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021).

A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Após a inspeção final e sendo os serviços aprovados pelo fiscal do contrato, o Município de AMPARO DE SÃO FRANCISCO - SE e a CONTRATADA assinarão um TERMO DE ENCERRAMENTO FÍSICO, que deverá acompanhar a medição final juntamente com As Built dos Serviços executados impressos e em arquivo magnético.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO DE SÃO FRANCISCO**

**24. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pela inexecução total ou parcial das obrigações desta aquisição, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à fornecedora, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

**25. DISPOSIÇÕES FINAIS**

Quaisquer outras informações necessárias para a realização da licitação serão estabelecidas no edital e seus anexos, observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Qualquer dúvida sobre as obras/serviços será dirimida pela Fiscalização, que se norteará pelo Projeto Básico e Projetos Executivos.

**AMPARO DE SÃO FRANCISCO - SE, 10 de fevereiro de 2026.**

Vinicius Emanuel Santos Nascimento  
Engenheiro Civil  
CREA/SE 2721904167  
Mat.: 10061

*Vinicius Emanuel Santos Nascimento*

**Vinicius Emanuel Santos Nascimento**

**CREA/SE 2721904167**

**Engenheiro Civil**